

Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADES	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA
<p>Fórum Cidadania LX, sobre o Projeto de Expansão da Linha Vermelha do Metro de Lisboa:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Paulo Ferrero e Pedro Jordão (Fórum Cidadania Lx - Associação)</li><li>• Margarida Vicente e Susana Marques (movimento "Salvar o Jardim da Parada")</li><li>• Silvino Pompeu Santos (eng. civil e conselheiro da Ordem dos Engenheiros)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ BRUNO VENTURA (PSD)</li><li>➤ FRANCISCO COVELINHAS LOPES (PSD)</li><li>➤ GONÇALO LAGE (PSD)</li><li>➤ JOÃO VALE E AZEVEDO (PSD)</li><li>➤ MARCO CLAUDINO (PSD)</li><li>➤ MARGARIDA SAAVEDRA (PSD)</li><li>➤ MIGUEL SANTOS (PSD)</li><li>➤ ANA MENDES GODINHO (PS)</li><li>➤ HUGO COSTA (PS)</li><li>➤ JOSÉ CARLOS BARBOSA (PS)</li><li>➤ RICARDO COSTA (PS)</li><li>➤ CARLOS BARBOSA (CH)</li><li>➤ EDUARDO TEIXEIRA (CH)</li><li>➤ FILIPE MELO (CH)</li><li>➤ MARTA MARTINS DA SILVA (CH)</li><li>➤ ISABEL PIRES (BE)</li><li>➤ PAULO NÚNCIO (CDS-PP)</li></ul>	<p>8 de maio de 2024</p> <p><a href="#">Vídeo da audiência</a></p> <p><a href="#">Apresentação</a></p>

Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação

	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ MAURÍCIO MARQUES (PSD)</li> <li>➤ PAULO CAVALEIRO (PSD)</li> <li>➤ FRANCISCO CÉSAR (PS)</li> <li>➤ MARIA BEGONHA (PS)</li> <li>➤ JOSÉ DIAS FERNANDES (CH)</li> <li>➤ SANDRA RIBEIRO (CH)</li> <li>➤ ANDRÉ RIJO (PS)</li> </ul>	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados	
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Fórum Cidadania LX, juntamente com o movimento para salvar o Jardim da Parada apelam à Comissão para interceder no sentido de ser alterado o projeto de extensão da linha vermelha do metro de Lisboa. Alertam que, se o projeto avançar como está, o Jardim da Parada será mutilado, violando a estrutura ecológica municipal e o PDM. Além disso, o projeto implica a destruição do baluarte do Livramento e pode afetar as fundações do Palácio das Necessidades e o miradouro do Largo das Necessidades, prejudicando a zona de Alcântara Velha.</li> <li>➤ Interpuseram uma providência cautelar contra o projeto, atualmente em fase de recurso. Argumentam que o metro pode facilmente corrigir o projeto, ajustando a distância entre as estações, o que evitaria danos ao Jardim da Parada e ao baluarte do Livramento. Assim, pedem à Comissão que aprove uma resolução para proteger o património, sem se opor à expansão do metro para Alcântara e Campo de Ourique.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Deputado André Rijo (PS):</b> descreveu o projeto de ampliação da Linha Vermelha do Metro de Lisboa, que visa estender a linha para a Zona Ocidental, atualmente sem metro, e ligá-la futuramente à linha de Oeiras. O projeto inclui 4,1 km de extensão, desde São Sebastião até Alcântara, com três estações subterrâneas (Amoreiras, Campo de Ourique e Infante Santo) e uma de superfície (Alcântara). Prevê um investimento de 405 milhões de euros, com um prazo de 25 meses e uma estimativa de transporte diário de 70 mil passageiros. Abordou os aspetos ambientais e patrimoniais, destacando a declaração de impacto ambiental favorável emitida em agosto de 2022. O plano de monitorização para o Jardim da Parada indica que o túnel será construído a 35 metros de profundidade, não afetando significativamente as árvores. Apenas 15% do jardim será ocupado temporariamente e 6 lóddãos não classificados serão afetados. A recuperação patrimonial do baluarte será monitorizada pela DGPC. Destacou, ainda, o consenso político, a proporcionalidade e o interesse público. As medidas de mitigação previstas são proporcionais aos impactos identificados. Concluiu afirmando que atrasar o projeto prejudicaria a execução do PRR, realçando o apoio do GP PS à obra, considerando que o Estado cumpriu todos os requisitos legais e que qualquer atraso seria contrário ao interesse público.</li> <li>➤ <b>Deputada Margarida Saavedra (PSD)</b> - declarou que ninguém questiona a necessidade do prolongamento da linha do metro, considerando consensual a sua importância, especialmente para aliviar zonas densamente povoadas. A preocupação expressa relaciona-se</li> </ul>	

## Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação

<p>➤ Destacaram a importância humana e social do jardim da Parada, mencionando que é a única área verde retangular do bairro e que foi plantado em 1884, servindo de referência para outros jardins na cidade. O jardim é o ponto central do bairro, onde todos se encontram, funcionando como a "sala de visitas" da comunidade.</p>	<p>com questões patrimoniais específicas, como o atravessamento da colina das Necessidades, lembrando os danos causados na Baixa Pombalina em situações semelhantes. Declarou que o GP PSD não pode ignorar estas preocupações dos cidadãos. As questões levantadas não contestam a utilidade da linha, mas sugerem a alteração de duas estações de metro, pelo que considerou que seria útil aprofundar estas questões para avaliar o impacto das alterações propostas na obra e na execução do PRR, pois estas soluções podem ser de mais fácil execução. Considerou que a comissão deve investigar se é possível fazer alterações, como no Jardim da Parada, sem afetar o PRR ou a empreitada em vigor, o que deixaria todos mais tranquilos. Expressou dúvidas sobre a estação proposta entre Marquês de Fronteira, Artilharia 1 e Miguel Torga devido à presença do túnel do Rossio, uma estrutura sensível que necessita de manutenção. Finalizou indicando que vai solicitar ao Governo os estudos de impacto ambiental existentes e uma avaliação do impacto da proposta dos representantes na estação de Campo de Ourique.</p> <p>➤ <b>Deputado Carlos Barbosa (CH)</b> – agradeceu ao Fórum Cidadania LX por trazer à discussão esta preocupação relevante para a sua zona, destacando a sensibilidade e preocupação que partilham em relação ao desenvolvimento e mobilidade da cidade de Lisboa. Sublinhou a importância de considerar a defesa das pessoas, tradições e cultura locais, mencionando o impacto no Jardim da Parada, valorizado pelos residentes há décadas. Reconheceu que Lisboa e o país necessitam de desenvolvimento e melhores ferramentas de mobilidade, mas ressaltou que o seu GP já demonstrou apoio a estas preocupações a nível da Assembleia Municipal. Sugeriu que se deve considerar a possibilidade de fazer alterações ao projeto, questionando se outras propostas mais úteis e com menos impacto foram estudadas. Expressou apoio à ideia de rever o projeto para criar uma solução mais agradável para a zona, equilibrando o cumprimento dos objetivos do PRR com a preservação das tradições e cultura locais. Concluiu afirmando que o desenvolvimento deve ser feito respeitando estes valores, procurando encontrar o melhor dos dois mundos.</p> <p>➤ <b>Deputada Isabel Pires (BE)</b> – mencionou que o seu GP acompanha esta questão há vários anos, já tendo ouvido as preocupações várias vezes na Assembleia Municipal. Destacou que a extensão do Metro de Lisboa nunca esteve em causa. O problema principal reside na falta de comunicação do Metro de Lisboa, tanto na fase prévia aos projetos quanto após a tomada de decisão. Criticou a atitude do Metro de Lisboa por descartar dúvidas e por não apresentar</p>
---	--

## Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação

	<p>estudos, mencionando um episódio na Assembleia Municipal onde os responsáveis se recusaram a responder adequadamente às perguntas. Enfatizou a necessidade de uma discussão construtiva e a importância de conhecer as 18 outras opções que aparentemente existiam antes de se decidir pelo atual projeto. Questionou, ainda, se o processo da providência cautelar poderia levar a uma maior abertura do Metro de Lisboa para considerar alterações ao projeto, especialmente considerando uma proposta que não traria problemas técnicos ou operacionais. Finalizou perguntando sobre as expectativas em relação ao processo da providência cautelar e que outras medidas poderiam ser tomadas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>O que pretendem ver regulamentado</b></p>	
<p>➤ Propõem uma alternativa ao traçado atual, sugerindo a criação de uma estação adicional em Campolide para reduzir as distâncias entre as estações para cerca de 800 metros, a realocação da estação de Campo de Ourique para junto à igreja e alterar o trajeto para que a linha atravessasse a estação Alcântara-Terra, criando um nó intermodal que integraria várias linhas de transporte. Essa solução otimizaria a área de Alcântara, transformando-a em um verdadeiro hub de transportes, com melhor integração entre diferentes meios</p>	
<p style="text-align: center;"><b>Respostas às questões dos Deputados:</b></p>	
<p>➤ Os intervenientes discutiram várias questões cruciais sobre a expansão da linha vermelha do Metro de Lisboa e seus impactos. Foi mencionado que a declaração de impacto ambiental deveria ser anulada por não cumprir o plano de urbanização de Alcântara e o PDM vigente. Interpuseram uma providência cautelar, agora pendente de análise de recurso judicial, argumentando que a decisão inicial foi equivocada ao desconsiderar a necessidade da providência.</p> <p>➤ Além disso, criticaram a falta de transparência nos estudos relacionados com as estações de metro e expressaram preocupação com os impactos ambientais, especialmente no Jardim da Parada. Quanto à estação proposta em Campo de Ourique, defendem que deveria seguir o plano urbanístico de Alcântara para evitar controvérsias.</p> <p>➤ Por fim, discutiram a necessidade de uma solução política para harmonizar as preocupações urbanísticas, ambientais e sociais, enfatizando a importância de um debate aberto na Assembleia da República.</p>	

Deputado Miguel Santos (PSD)  
Presidente da Comissão